

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR –
CODEFAT**

ATA DA 4ª REUNIÃO DO GRUPO DE APOIO AO CODEFAT

Brasília, 03 de fevereiro de 1993

Aos três (3) dias do mês de fevereiro de 1993, às 14:30 hs, no 7º andar do Bl. “C” da Esplanada dos Ministérios, realizou-se a quarta reunião do Grupo de Apoio ao CODEFAT, sob a coordenação do Dr. Ricardo Roberto de Araújo Lima. Estiveram presentes os seguintes membros: Joinete Dina de Oliveira de Melo, do BNDES, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães, da CUT, Rodolfo Peres Torelly, do MTb, Moema Gusmão, suplente CGT; Willy Fischer, da Força Sindical, Jorge Higashino, da CNF. Iniciando os trabalhos o Coordenador anunciou a presença do Sr. Secretário de Políticas de Emprego e Salário, Alexandre Jorge Loloian, que participaria daquela reunião, chamando a atenção para a extensão da pauta e solicitando objetividade nos assuntos. Em seguida, submeteu à apreciação do Grupo a ata da reunião anterior, tendo o representante da CUT, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães solicitado que constasse na mesma, o seu nome como representante da CUT no subgrupo II e o representante da Força Sindical indicado o Sr. Jairo Fonseca para integrar o Subgrupo I (informática). A ata foi aprovada com as modificações sugeridas e inseridas. Item 2 – Políticas de Emprego. Seminário BNDES – Após a distribuição da minuta de proposta do I Encontro do CODEFAT sobre Políticas de Emprego, que o Coordenador submeteu à aprovação do Grupo, o representante da CUT, sugeriu a inclusão do tema Políticas Públicas de Emprego, com o que todos concordaram. O Sr. Jorge Higashino, perguntou se houve algum critério para que os temas fossem dispostos naquela ordem, propondo inversão do item II e III da pauta. O Coordenador frisou que seria produtivo que os empresários e os trabalhadores trouxessem sugestões para o governo e se manifestassem sobre o que pretendem fazer, e o que esperam do governo. Todos concordaram com as modificações e inclusões sugeridas, inclusive com a revisão dos horários, ficando o BNDES encarregado de confirmar a data, tendo sugerido que a mesma ficasse entre os dias 17 e 19 de março/93. Foi solicitado, ainda, outros nomes de debatedores, e que não houvesse limitação do número de participantes e distribuição, pelos expositores do roteiro dos temas a serem debatidos. Item 3 – Relação do Ministério do Trabalho com os Estados no que diz respeito ao SINE: o representante da CUT, Ivan Gonçalves lembrou ser

necessário recuperar discussões já realizadas vez que não podemos analisar o SINE como único, existem SINE diferenciados. Os que funcionam bem e aqueles que não funcionam. Disse não ser possível discutir o SINE sem que se discuta DRT, pois as vê integradas. Alegou também ser necessário melhorar o atendimento ao Segurado e o atendimento ao desempregado, como cidadão, possibilitando sua recolocação, reciclagem, formação profissional e fazendo a intermediação da mão-de-obra. Manifestou ser necessário que se estude um modelo ideal de SINE, sugerindo uma agência estatal, posto único, que centralize o trabalho da DRT e SINE para que possam atender plenamente o trabalhador, possibilitando assim que seja excluída a CEF deste processo. O Coordenador, explicou que aquele assunto, estava sendo colocado, em decorrência dos critérios que seriam discutidos, posteriormente e sem entender o que seja o SINE, não se teria condições de discutir os critérios. O representante dos empregadores manifestou não estar muito à vontade para falar sobre SINE/SIAT/DRT, indagando sobre o número de atendimentos, se a DRT existe em todas as praças e o número de atendimento diário, ao que o representante do MTb respondeu que o atendimento gira em torno de 260 mil/mês requerimentos Seguro-Desemprego, sendo expedido 1 milhão de cheques/mês e que existem postos nas capitais e grandes cidades sendo que onde não existem SINE ou DRT, a CEF e os Correios fazem o atendimento. O representante dos empregadores indagou ainda se o SINE estava fazendo reciclagem e se estava atendendo na formação profissional, tendo o representante do MTb respondido que alguns SINE estão atuando também nesta área, exemplificando com o Ceará, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Pelo Coordenador foi indagado ao representante dos empregadores se a Febraban poderia apresentar alguma proposta dos bancos privados para se discutir com a CEF, tendo o Sr. Jorge Higashino sugerido que sendo o SINE estadual, que se utilizasse os Bancos Estaduais, e prometeu estudar a possibilidade de trazer proposta. O representante da CUT argumentou ser necessária a descentralização, mas a Lei do Seguro-Desemprego preceitua que somente Bancos oficiais poderão efetuar o pagamento do Seguro-Desemprego, questionando se o atendimento pelo Banco do Brasil poderia trazer melhoras no atendimento ao trabalhador. O representante da Força Sindical Willy Fischer alegou que quanto ao pagamento a situação é fácil, mas que a triagem, para habitação ao Seguro-Desemprego que, enquanto realizada por pessoas inabilitadas (estagiários CEF), esta gerando um série de problemas para o trabalhador. Pela bancada dos trabalhadores foi perquerido quantos requerimentos entram via DRT, SINE, CEF e Correio, ficando o representante do MTb de trazer esta informação para a próxima reunião. O Coordenador concluiu, que os critérios deveriam ser discutidos na próxima reunião do grupo, pois não havia ainda uma posição final do MTb e que o documento que estava sendo distribuído não era definitivo faltando nele os parâmetros gerais apresentados na proposta anterior (PEA/Caged/Seguro-Desemprego). Os Membros do Grupo solicitaram estimativa sobre os gastos do FAT para com o SINE, tendo o Coordenador esclarecido

que a despesa ocorrida no exercício de 92 não havia ultrapassado 0,07% da arrecadação do FAT e que se aumentasse o número de SINE interessados nos Convênios este valor não ultrapassaria 0,1% da arrecadação do FAT. O Sr. Ivan, questionou a diferença nos dados apresentados pelo FAT, tendo o Sr. Osório, a pedido do Coordenador, dito tratar-se de diferenças na metodologia da cálculo quando da conversão da receita em dólares, bem como, de divergências quanto à receita efetiva ou de competência nos meses. O Coordenador solicitou que fosse verificado os motivos destas diferenças e salientou que a receita esta diminuindo e que o Bancos não estão recolhendo o PIS/PASEP, ao que o Sr. Jorge Higashino disse desconhecer, alegando estarem os Bancos depositando em juízo. Pelo Sr. Willy Fischer foi dito que o setor automobilístico pagou o Finsocial ficando pendente o PIS/PASEP, o que justificaria a diminuição da receita, o mesmo solicitou que fosse colocada em pauta, para a próxima reunião do CODEFAT, gestão da Secretaria Executiva junto aos órgãos de fiscalização para verificar a arrecadação do PIS/PASEP. O Sr. Jorge Higashino ficou incumbido de solicitar à Febraban posição sobre o assunto. O Sr. Ivan, representante da CUT, aprovou os critérios mas entendeu que os mesmos devem ser testados fazendo uma restrição ao item reciclagem e solicitando esclarecimento do que é entendido como reciclagem. O Sr. Willy Fischer, sugeriu que seja usada como parâmetro a receita do PIS/PASEP do estado. O representante da CUT, perguntou se os Estados manifestaram interesse no convênio, ao que o coordenador informou que 23 estados já se manifestaram e que os demais já o solicitaram ao gabinete do Secretário-Executivo do MTb. O Coordenador esclareceu que os SINE estavam esfacelados, solicitando ao suplente do MTb, Álvaro Luchiezi, que explanasse o que foi feito no ano de 92 com relação a eles. Esclareceu o Sr. Álvaro que 11 estados fizeram o Convênio e que outros não o celebraram devido a pendências patrimoniais, pendências com o INSS e problemas com as prestação de contas. O Sr. Willy Fischer, perguntou quais os critérios usados e se é possível condicionar a transferência de recursos à existência de um conselho tripartite nos Estados, se o CODEFAT poderia exigir, pois é preciso ter mais pulso para com quem utiliza os recursos do FAT. Pelo representante da CUT foi dito que o CODEFAT poderá recomendar a criação destes conselhos. O Secretário de Políticas de Emprego e Salário, Sr. Alexandre Jorge Loloian argumentou que um Estado pode cumprir todos os requisitos para a transferência e a União negar, inclusive o CODEFAT pode vetar esta transferência, o que não se pode é exigir que sejam criados conselhos nos estados o que configuraria ingerência. O Sr. Willy Fischer, manifestou sua preocupação em liberar recursos para a formação profissional/qualificação por se tratar de um dispêndio muito superior ao custo do Seguro-Desemprego. Por decisão unânime, o assunto deverá constar da pauta da próxima reunião do GAP e depois de discutido, levado ao CODEFAT. Pela bancada dos trabalhadores foi solicitado que sejam acelerados os estudos para implantação dos Conselhos e do SIAT. Item 5 Dados sobre os prazos para recebimento Seguro-Desemprego. Quais os trabalhadores que demoram até 100 dias para receber o benefício. Após

distribuição do material, o Secretário-Executivo, solicitou ao representante do MTb que fizesse uma explanação, tendo o Sr. Rodolfo esclarecido que o material ali distribuído mensurava a entrada dos RSD e a saída do lote para pagamento dos cheques, que os lotes são quinzenais e que, pela lei, o Seguro-Desemprego só pode ser pago depois de 30 dias de desemprego. A bancada dos trabalhadores teceu inúmeras críticas ao processo de habilitação e ao pagamento do Seguro-Desemprego dizendo que o trabalhador está sendo prejudicado, já que há uma demora muito grande no recebimento do Seguro-Desemprego. O Coordenador, questionou então, quais as medidas sugeridas para melhorar, ao que o representante do MTb esclareceu que a informatização dos postos, a descentralização do processamento para o próprio local, a implantação do SIAT, o aperfeiçoamento do SINE e da DRT, a exclusão dos Correios do processo de recebimento do requerimento e o fortalecimento das estruturas, viria proporcionar um melhor atendimento ao trabalhador, e que os problemas existem porque tanto a CEF quanto a DATAMEC não fazem novos investimentos em equipamentos e pessoal dada a indefinição por parte do MTb. Explicou também o representante do MTb, sobre um projeto da Datamec, semelhante ao das lotéricas para facilitar o processamento, mas argumentou que, isto esbarrava na triagem e na pré-qualificação do Segurado. O Coordenador, solicitou uma proposta ao representante dos empregadores de como melhorar o atendimento ao Seguro-Desemprego. Pelo Sr. Ivan foi sugerida uma reunião com o subgrupo de informática para tratar desta questão, reunião marcada para os dias 3 e 4 de março de 93, propondo ainda uma reunião com a CEF para esclarecer dúvidas sobre o processo Seguro-Desemprego. O mesmo Sr. Ivan argumentou que o quadro apresentado demonstra um desempenho melhor que o esperado, solicitando também que seja elaborado um quadro relacionando os órgãos receptores para melhor detectar onde está o problema, tendo o representante do MTb ficado incumbido de apresentá-lo na próxima reunião. O Representante da CUT Ivan sugeriu também que fosse pensado em um plano de treinamento para o pessoal dos postos visando melhorar atendimento. O Sr. Willy Fischer solicitou à Secretaria-Executiva do CODEFAT dados atuais do que se paga com os recursos do FAT. O Secretário de Políticas de Emprego e Salário, Dr. Alexandre Jorge Loloian, ratificou o pedido do Sr. Ivan solicitando a formação de um grupo de trabalho para tratar da tarifa da CEF, composto de representantes do Governo/Empresários/Trabalhadores, antes da próxima reunião do GAP, encarecendo às demais bancadas que enviassem reclamações e dúvidas. Foram indicados como integrante deste subgrupo os Srs. Willy Fischer, Jorge Higashino, Rodolfo Torelly, o Secretário de Políticas de Emprego e Salário, Alexandre Loloian e o Secretário Executivo do CODEFAT, Dr. Ricardo Lima, que terão como tarefa rever os procedimentos da CEF com relação às tarifas, e o ao atendimento ao segurado. O Coordenador propôs que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, fossem convidados a participar das reuniões do GAP. Foi solicitado, ainda, que a CEF providenciasse uma planilha de custo para a reunião do subgrupo. Item 4 Critérios para

fixação de limites para realização de despesas pela Secretaria Executiva do CODEFAT. O Coordenador disse tratar-se de proposta preliminar, que estava sendo submetida ao grupo para análise. O Sr. Ivan, após algumas sugestões, solicitou que o documento fosse reescrito e distribuído aos Conselheiros antes do dia 10 e que o documento sobre a empresa MBR e o relatório gerencial do BNDES fosse enviado também antes do dia 10 (reunião CODEFAT). Item 6 Despesas operacionais programa Seguro-Desemprego. O representante do MTb, Rodolfo Torelly, fez explanação quanto a implantação provisória, pela DATAMEC, de terminais nas DRT para atendimento aos trabalhadores até que a informatização do Ministério seja implantada. Após longa discussão, o Sr. Jorge Higashino questionou a capacidade da DATAMEC em receber todas estas linhas e sua instalação em tão pouco tempo, remetendo esta proposta para o subgrupo de informática, ao que o Sr. Ivan, ponderou que a DATAMEC já possui estes terminais, pois são usados nas lotéricas. Foi solicitado então, o envio de um documento à DATAMEC, para que respondesse a todas as questões levantadas pelo Grupo, inclusive a presença de um técnico na próxima reunião do CODEFAT (10/03/93). Foi decidido, ainda, que o Subgrupo de Informática deverá reunir-se com técnicos da Embratel/Telebrás, para se informar sobre a comunicação e saber da possibilidade do MTb alugar as linhas diretamente ou, se quando expirar o contrato DATAMEC, as linhas poderão ser mantidas no MTb. O conselheiro Willy Fischer alertou para o fato de que as Câmaras Setoriais, remeterão ao FAT projeto para financiar a construção naval, tratores e caminhões. O Coordenador argumentou serem de grande importância estes projetos, dado ao número de empregos que serão gerados. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião e, para constar eu, Ricardo Roberto de Araújo Lima, Coordenador, determinei que se lavasse a presente que será assinada por mim e pelos membros presentes.

RICARDO ROBERTO DE ARAÚJO LIMA/MTb _____

JOANETE DINA DE O. DE MELO/BNDES _____

IVAN GONÇALVES GUIMARÃES/CUT _____

WILLY FISCHER/FORÇA SINDICAL _____

ALEXANDRE MURADO/MPS _____

RODOLFO PERES TORELLY/MTb _____

MOEMA GUSMÃO/CGT _____

JORGE HIGASHINO/CNF _____